

VITENTI, Livia. 2016. *Los pueblos indígenas americanos y la práctica del suicidio: una reseña crítica*. Buenos Aires: Prometeo Libros. 152 pp.

Mônica Thereza Soares Pechincha
UFG
mpechincha@hotmail.com

A antropóloga brasileira Livia Vitenti realizou pesquisa etnográfica acerca do suicídio entre os Atikamekw de Manawan, no Canadá, da qual resultou sua tese de doutoramento pela Universidade de Montreal. Com o presente livro, a autora oferece mais uma contribuição ao ainda exíguo campo de produção antropológica sobre o assunto. O livro não é uma releitura de sua tese: como indica o título, sua intenção é apresentar resenhas críticas de enfoques diversos sobre o problema do suicídio. Já o recorte geográfico, o do continente americano, é conformado pelo exame de estudos de caso, não só da antropologia, entre coletivos indígenas no Canadá, no Brasil, na Colômbia, no Peru e na Argentina.

No capítulo inicial, “El suicidio”, Vitenti resenha as principais visões e teorias clássicas do suicídio no direito ocidental, na filosofia, na literatura, na medicina, na psicologia, na psicanálise, na sociologia e na antropologia. Este primeiro capítulo ocupa um terço do volume e, sem dúvida, trata-se de compêndio valioso para os interessados e as interessadas no tema, com o resumo de autores de grande envergadura, de forma que o leitor ou a leitora se beneficia com a facilidade de encontrar aí reunidos o coração de cada uma dessas teorias. A revisão empreendida na primeira parte demonstra a dimensão do esforço da autora para embasar sua compreensão global do fenômeno. É notável que Vitenti tenha se preocupado em não deixar de fora nem mesmo uma notícia sobre o ponto de vista da neurobiologia sobre o suicídio, para além daquelas da área das humanidades, que são em certa medida mais intercomunicáveis. Neste primeiro capítulo, todavia, a abordagem da situação propriamente entre indígenas é apenas insinuada na apresentação de estudos clássicos da antropologia e da etnopsiquiatria.

É no segundo capítulo, “Revisión y examen crítico de los métodos de investigación del suicidio en sociedades indígenas”, que a autora passa a enfrentar mais detidamente abordagens contemporâneas feitas por autores de outros campos disciplinares, que não a antropologia, em contextos indígenas. No livro são abundantes as referências aos campos da psicologia e psiquiatria, que, ao fim, são os que mais se dedicam à investigação e intervenção sobre o problema, também entre coletivos indígenas.

Neste segundo capítulo, Vitenti concentra-se sobre trabalhos da área da psiquiatria transcultural e de enfoque psicossocial entre povos indígenas no Canadá. É provável que esta ênfase e familiaridade com a área se devam à inserção da autora, por cinco anos, em grupo de investigação e prevenção ao suicídio indígena em Montreal. Provavelmente explica o porquê de Vitenti, como antropóloga, não ter tomado total distância dos estudos dessas áreas, apesar de notar que mesmo a sua vertente autocrítica e pós-colonial tenha que responder a ideologias estatais e institucionais. Vemos, por intermédio da sua recensão crítica, que tais estudos não podem ser acusados de desconsiderar a interseção entre aspectos individuais, culturais e sociais na abordagem do fenômeno, nem tampouco as etiologias indígenas. Vemos também que eles já procederam à autocrítica contra a hegemonia do modelo biomédico e a ruptura com a psiquiatria colonial. Ademais, incorporaram alguma perspectiva etnográfica. Não obstante, Vitenti vai pontuando aspectos desses estudos que não corresponderiam às exigências antropológicas. Este capítulo é interessante sobretudo porque nos conduz a pensar nos diálogos possíveis entre estas áreas e a antropologia diante de um problema como o dos suicídios, em que a intervenção está sempre em pauta.

Diferentemente do comum em abordagens antropológicas, Vitenti não se exime de se posicionar quanto ao assunto da prevenção. A preocupação com a questão da intervenção e da prevenção se difunde em vários momentos ao longo do livro, sempre com consideração crítica a metodologias que configuram realidades indígenas e se transformam em políticas. A autora faz também objeção à incidência dos meios de intervenção sobre problemas imediatos, como o de saúde mental e de consumo de álcool e outras drogas, reclamando por ações mais abrangentes. Ao fazê-lo, pontua diversos aspectos a serem considerados a partir da maior acuidade etnográfica e da quebra com pressupostos universalistas. É também crítica de abordagens que acentuam, como causa do suicídio entre indígenas, fatores como alcoolismo, violência conjugal, ausência de trabalho remunerado, depressão e transmissão geracional inoperante – sempre os mesmos fatores –, ainda que os reconheça como inegáveis. Indica brevemente que se deveriam promover práticas que vinculam a experiência dos jovens com a tradição, o conhecimento e os projetos históricos de suas comunidades, suas línguas e agência comunitária. Neste aspecto, percebe-se que há uma congruência positiva com fatores de proteção indicados por psiquiatras e psicólogos que a autora reviu.

No terceiro capítulo, “Los estudios antropológicos”, Vitenti resenha estudos de ocorrência entre coletivos indígenas no Canadá (Innu, Inuit, Atikamekw), no Brasil (Guarani-Kaiowá, Tikuna e Sorowaha), na Argentina (Wichi) e no Peru (Aguaruna). Nesta parte, contamos com um item dedicado aos Atikamekw

de Manawan, insuficiente para conhecermos em profundidade os resultados da pesquisa etnográfica da autora, mas capaz de expressar suas inquietações quanto ao assunto e, a partir delas, depurar os incômodos sob suas apreciações dos demais autores e autoras. Neste momento, comparece uma reserva quanto aos serviços psiquiátricos e psicológicos oferecidos aos Atikamekw enquanto instâncias normalizadoras, que inserem e aplicam identificação aos indivíduos.

Entre as posições gerais que Vitenti defende acerca do problema está a de que os suicídios entre indígenas não devem ser encarados apenas de forma negativa, mas também em sua positividade, naquilo que enseja e transforma nas coletividades que o sofrem. Outra visão que a autora sustenta é a de que o ato suicida tem um importante aspecto comunicativo. Seu argumento é pelo “basta” que essas mortes significam diante de dificuldades vivenciadas, que são informadas por concepções locais de vida e morte e pelo reconhecimento que demandam. Isto desde que não se tomem as concepções indígenas ao modo essencialista e de cultura estática. Daí a contestação da autora a abordagens de cunho “culturalista”, onde se tem uma percepção de que a mudança é externa à cultura. A autora subscreve o entendimento de que sujeitos e grupos não são passivos, de que as relações entre Estados e sociedades não indígenas e indígenas são bilaterais, embora não simétricas. Ao final do livro, Vitenti reitera seu incômodo com certas vertentes de abordagem do cultural, ressaltando que, mais além de portadores de uma cultura histórica, os indígenas são agentes históricos capazes de exercer certo grau de liberdade e autonomia.

A insistência nesta autonomia se replica no entendimento da autora de que o ato suicida entre indígenas reflete o desejo de poder sobre sua própria existência, sendo um enunciado ativo e crítico sobre o mundo. Certamente esta visão decorre da apreensão da autora do problema entre os Atikamekw e da forma como estes o concebem. Por outro lado, o diálogo de Vitenti com os textos propriamente antropológicos que seleciona não se tensiona frontalmente diante de conclusões que vão em sentidos distintos das suas próprias. Assim, não se deve esperar da leitura uma articulação sistemática dessas suas posições, construídas com base em um contexto etnográfico e em uma trajetória específicos, com os estudos dos demais antropólogos e antropólogas examinados, nem tampouco um esforço comparativo entre eles.

No capítulo conclusivo, “El suicidio indígena como una de las facetas del genocidio”, Vitenti reitera o seu entendimento do fenômeno numa pertinente tese da ação genocida a conta-gotas dos Estados e governos sobre populações indígenas, refletida também nos suicídios. Como esta tese já é levantada na introdução da obra, esperava-se que viesse a ser a chave de leitura das resenhas que se sucedem

ao longo do livro. Na verdade, isso não fica evidente e se pode dizer até que a autora se permite certa discrição e brevidade em seus comentários críticos aos inúmeros autores, autoras e teorias de diversos domínios neste particular. Isso se deve, a meu ver, ao plano do livro, com resenhas em cascata, que não favorece uma visão de conjunto das indagações da autora, obrigando a resgatá-las entre seus comentários pontuais.

Na tensão entre possibilidades de generalização e particularidades, parece que as primeiras caem melhor para os campos da psiquiatria e psicologia, apesar de seus estudos contextualizados. A autora tenta uma articulação sob a ideia do genocídio induzido. Ao final da leitura se observa, todavia, que faltou a condução firme do esforço de revisão sob a tensão entre ação estatal e autonomia indígena. Esta tensão poderia ter sido mais bem matizada a partir de como ela se apresenta ou não, pelo menos com igual ênfase, nos estudos no âmbito da antropologia que examina. Mas isso não retira o mérito do livro, que sem dúvida traz uma panorâmica sobre o tema do suicídio e dos suicídios entre indígenas, um recurso à mão para quem deseja se embrenhar neste espinhoso, sofrido e, como a obra demonstra, controvertido tema.